

RESENHA

Uma análise intercultural entre humanização e militarização. Publicado na revista: ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.8, n.3, p. 417-425, setembro a dezembro de 2015

ALVES, Geni Francinelle dos Santos. **Uma análise intercultural entre humanização e militarização.** Publicado na revista: ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.8, n.3, p. 417-425, Setembro a Dezembro de 2015.

Ariane Nataly de Moraes Saravi¹
Geovanildo Santana Martins²
Odenil Mácaro da Silva³

RESUMO

O artigo em tela teve por escopo de estudo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), perpassando por suas diretrizes e a consolidação na prática do sistema de segurança, tendo como enfoque a educação policial militar. O método utilizado pela autora foi crítico emancipatória (educação libertadora e emancipatória), que tem por base a cultura educacional voltada a militarização em contraposição a humanização de seus integrantes. O texto propõe algumas reflexões, notadamente no que se refere a alteração de paradigma de culturas remotas, as quais englobavam nos processos de formações pautados em condutas contrárias ao atual método de concepção para uma educação formadora dentro dos princípios dos direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos – Cultura - Práticas Formativas.

ABSTRACT

The article on screen had as its scope of study the National Plan for Education in Human Rights (PNEDH), passing through its guidelines and the consolidation in the practice of the security system, focusing on military police education. The method used by the author was critical emancipatory (liberating and emancipatory education), which is based on an educational culture aimed at militarization as opposed to the humanization of its members. The text proposes some reflections, notably with regard to changing the paradigm of remote cultures, which included in the training processes based on behaviors contrary to the current method of conception for a formative education within the principles of human rights.

Keywords: Human Rights – Culture – Formative Practices.

¹ 2º Tenente da PMMT. Tecnóloga em Gestão em Segurança Pública pelo IFMT. Tecnóloga em Gestão em Polícia Ostensiva pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV/PMMT).

² 2º Tenente da PMMT. Tecnólogo em Gestão em Segurança Pública pelo IFMT. Tecnóloga em Gestão em Polícia Ostensiva pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV/PMMT).

³ 2º Tenente da PMMT. Tecnólogo em Gestão em Segurança Pública pelo IFMT. Tecnóloga em Gestão em Polícia Ostensiva pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV/PMMT).

Credenciais da autora⁴

Geni Francinelle dos Santos Alves é Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Segurança Pública pelo Centro de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Possui Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal da Paraíba e Bacharelado em Segurança Pública pelo Centro de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Pesquisadora na área de Direito, relações de poder e violência, bem como, em temas relacionados à Segurança Pública, Gênero e Direitos Humanos.

O artigo teve como enfoque principal a educação intercultural, sendo seu objeto de estudo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), suas diretrizes e a consolidação na prática do sistema de segurança, com destaque a educação policial militar. Abordagem utilizada foi a crítica emancipatória (educação libertadora e emancipatória), que tem por base a cultura educacional voltada a militarização em contraposição a humanização de seus integrantes. Por se tratar de um artigo de estudo de referencial teórico de análise de Paulo Freire, busca colaborar para uma compreensão teórico-crítica mais abrangente acerca do assunto.

Por isso, apresenta a perspectiva analítica, buscando as origens e possíveis contradições presentes na formação policial militar, frente às doutrinas dos direitos humanos *versus* militarização, adotando como base teórica o pensamento freiriano, na tentativa de confrontar a relação entre a ação e reflexão dos processos de humanização e militarização, enquanto socialização educativa e emancipava.

A autora nos apresenta o desenvolvimento do artigo em três sessões, na primeira expõe uma breve contextualização histórica da educação em direitos, nos retrata a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, feita pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com a qual trouxe uma grande

⁴ Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual>

mudança no comportamento social mundial, resultando na base de muitos sistemas de proteção dos direitos humanos, voltado para o desenvolvimento ético, jurídico e político de uma convivência coletiva. Abordando também, sobre o surgimento dos direitos humanos no Brasil, a história e implementação até a consolidação na constituição cidadã de 1988. Os processos de mobilização que principiaram, embora lentamente, após o fim da ditadura, emergindo as discussões sobre a essencialidade da garantia de direitos humanos universais, culminando com a criação do Programa Nacional de direitos Humanos em maio de 1996, buscando-se efetivação das garantias dos direitos dos cidadãos, envolvendo temas como direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, englobando o combate ao racismo, findando com a criação de cinco eixos fundamentais para atuação e efetivação do exercício da cidadania, sendo eles: educação básica, educação superior, educação não formal, educação de profissionais de justiça e segurança e educação e mídia, incrementando diretrizes, conceitos e orientações metodológicas com fins de elaboração de programas específicos para cada área.

No segundo momento fala sobre o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: sua proposta para os profissionais de segurança pública, em especial deu ênfase as ações que envolvam o eixo do profissional de segurança buscando analisar o fim da violência institucional, obtendo uma cultura de respeito, para que a formação desses profissionais sejam alicerçados em princípios e valores dos direitos humanos previstos na legislação nacional e internacional conforme acordos dos quais o Brasil é signatário. Garantindo assim, a transversalidade dos eixos da área temática referente aos direitos humanos, conforme o modelo da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública. Nesse sentido segundo a autora busca-se implementar no currículo disciplinas voltadas ao direito que poderão se refletir na atuação correta dos policiais na prática cotidiana. E assim, essa cultura de direitos humanos foi-se instituindo no seio das instituições militares. Então entra o papel da educação, como uma forma de garantia e ampliação dos direitos humanos de maneira mais universal, pois em 1996, houve a criação do inicialmente chamado Programa Nacional de Direitos Humanos que apontavam ações voltadas para uma ampliação da compreensão de temas ligados à garantia dos direitos civis, políticos,

econômicos, sociais e culturais, englobando a democracia e o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e a todas as formas de intolerância.

A partir disso foram criados cinco eixos de atuação fundamentais para o exercício da cidadania: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não-Formal, Educação dos Profissionais de Justiça e Segurança e Educação e Mídia. No entanto para alcançar esse objetivo, se faz necessário, a capacitação da sociedade civil e a formação e educação continuada dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança.

No terceiro e último momento a autora remete ao processo de formação dos policiais militares: a “cultura da militarização” e a educação como forma de emancipação social através de uma “cultura de humanização”. Este foco preza pela formação do agente de segurança em não ser um mero defensor dos direitos humanos, mas, passe a se tornar verdadeiros promotores destes, através da mudança na formação destes agentes, através da inserção da disciplina de direitos humanos como disciplina obrigatória. A referida autora cita o processo de alienação vislumbrado por Foucault que se realiza através do controle por meio do instrumento do poder disciplinar geradas através do ambiente institucional que torna o policial inerte ao processo de construção dessa libertação compatibilizada com a lógica da disciplinarização.

Relata a autora que a conscientização da libertação tem que partir do próprio policial, pois, somente nesse caminho ele alcançará o desenvolvimento voltado para valores e princípios dos direitos humanos. Aduz a referida autora que o maior desafio a ser superado na aplicação mais eficiente das diretrizes do PNEDH, ainda consiste na adequação entre a cultura de humanização e a cultura de militarização, que se bloqueiam nos centros de formação policial, devendo haver uma promoção de educação intercultural, buscando-se adequar as duas realidades, através do diálogo mais presente na formação de uma cidadania democrática.

Os institutos da disciplina e hierarquia como assevera Assis, este observa que quase a totalidade dos regulamentos disciplinares brasileiros prevê, como sendo uma das manifestações da disciplina, a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos, constituindo-se na base para as instituições militares (ASSIS, 2008).

A obra fornece subsídios com sólidos conhecimentos acerca do desenrolar histórico do tema, apresentando seu principal objetivo a formação de policiais militares com base no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), orientados para a prática de direitos humanos, abordando uma forma de percepção por parte dos subordinados que, inserindo-os no processo de formação como os entes responsáveis pela estrutura de apoio pela qual se transformam em futuros e potenciais agentes garantidores dos direitos humanos.

É uma leitura sadia que nos remete a análise do atual processo de formação dos policiais militares, com estilo claro e objeto, impulsionando a reflexão crítica sobre o processo de formação voltado a inserção de disciplinas de direitos humanos nas grades curriculares de todos os cursos dentro das instituições policiais militares. Nos remete também a pensamentos mais profundos nos levando ao desvencilhamento das culturas anterior que traziam processos de formações pautados em condutas contrárias ao atual método de concepção para uma educação formadora dentro dos princípios dos direitos humanos. Para Balestreri (2005) o equilíbrio psicológico, tão indispensável na formação da polícia, passa também pela saúde emocional da própria instituição. Mesmo que isso não se justifique, sabemos que policiais maltratados internamente tendem a descontar sua agressividade sobre o cidadão. Para o educador Paulo Freire (2014, p.41) “quando a educação não é libertadora o sonho do oprimido é ser um opressor”. É urgente a mudança de paradigmas na formação dos policiais, bem como no tratamento interpessoal dentro dos quartéis, abandonando-se práticas atentatórias à dignidade humana. Todo esse processo passa, sem dúvidas, por uma incorporação dos valores ligados à cidadania, à democracia e aos direitos humanos. Há de se concordar com a autora com relação a mudança cultural da instituição inerente ao processo de formação em que pese a educação para os direitos humanos, pois, somente quem se reveste de um processo de formação pautado em direitos veemente observáveis e garantidos, poderá transmiti-los com maior qualidade.

A obra tem por objetivo discutir alternativas promover em torno da relação existente entre a educação voltada para os direitos humanos e a formação militar voltada para a cidadania, fazendo uma emancipação da cultura organizacional da Polícia Militar de forma intercultural humanizada.

Não se trata de uma análise intercultural, com passos a serem seguidos, que apresenta fundamentos necessários à compreensão da natureza do tema analisado, bem como diretrizes operacionais que contribuem para o desenvolvimento da atitude crítica necessária ao progresso do conhecimento.